

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

HONÓRIO ALBERTO DA SILVA
JULIETE PEREIRA CARDOSO

ESTUDANTES SURDOS EM UNIVERSIDADES PARA OUVINTES:
REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM

ANÁPOLIS-GO

2019

HONÓRIO ALBERTO DA SILVA
JULIETE PEREIRA CARDOSO

ESTUDANTES SURDOS EM UNIVERSIDADES PARA OUVINTES:
REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito básico para obtenção do título de Especialista em Docência universitária da faculdade Católica de Anápolis-GO. Orientado pela Profa. Ma. Luana Lopes Xavier.

ANÁPOLIS-GO
2019

HONÓRIO ALBERTO DA SILVA
JULIETE PEREIRA CARDOSO

ESTUDANTES SURDOS EM UNIVERSIDADES PARA OUVINTES:
REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito básico para obtenção do título de Especialista em Docência universitária da faculdade Católica de Anápolis-Go, orientado pela Profa. Ma. Luana Lopes Xavier.

Data da Aprovação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Luana Lopes Xavier.
ORIENTADORA

Prof.^a Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
CONVIDADA

Prof.^o Me. Rafael de Almeida Mota
CONVIDADO

ESTUDANTES SURDOS EM UNIVERSIDADES PARA OUVINTES:

Reflexões sobre desafios dos professores no processo de ensino-aprendizagem

DEAF STUDENTS AT UNIVERSITY FOR THE HEARING:

Reflections on teachers' challenges in the teaching-learning process

Honório Alberto da Silva¹

Juliete Pereira Cardoso²

Orientadora: Prof^a. Ma. Luana Lopes Xavier³

RESUMO: Devido à frequência cada vez maior de estudantes surdos em universidades para ouvintes e os desafios dos professores no processo de ensino aprendizagem dessas pessoas, esta pesquisa foi realizada em uma faculdade na cidade de Anápolis-GO com alguns professores que já lecionaram para acadêmicos surdos, a fim de se ter a compreensão dos maiores desafios enfrentados pelos docentes dos estudantes surdos na instituição de ensino superior (IES), em especial, na cidade de Anápolis-GO. Para tanto, foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como instrumento questionários fechados. A educação de surdos enfrentou um processo que tem uma longa história sobre os desafios de fazer valer o direito das pessoas com deficiência, no caso desse estudo, a surdez - de ter uma formação superior de qualidade. Desde os antigos impérios, reinos, organizações sociais, os surdos-mudos enfrentaram exclusão social, eles foram esquecidos e tiveram negados seus direitos. Apesar de empecilhos nos séculos passados, muitos avanços foram obtidos na luta pela educação dos surdos no mundo e inclusive no Brasil. A possibilidade desses avanços se resgata na História que nos relata o caso de Charlie. M. L'Épée, na França, considerado pai dos surdos, ele fundou primeira escola para os surdos e ele teve contribuição parcial na fundação INES no Brasil, que hoje é instituição de referência na luta pela educação dos surdos brasileiros e tendo LIBRAS como língua materna desta comunidade. Do ano 2002 até hoje, segundo o MEC houve um número considerável da entrada dos surdos nas instituições do ensino superior brasileira. As novas leis federais, estaduais, municipais e declarações internacionais contribuíram para o

¹ Honório Alberto da Silva – Bacharel em Teologia pelo SETECEB Anápolis-Go; Graduado em Gestão Financeira pela UniEvangélica Anápolis-GO; Mestrando em Teologia Ministerial pelo SETECEB e Pós-Graduando em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis-GO. E-mail honorioalberto25@gmail.com

² Juliete Pereira Cardoso – Licenciatura em Química pela UEG-Universidade Estadual de Goiás e Pós-Graduanda em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis-GO. E-mail: jujumaxacqua@outlook.com

³ Prof^a. Luana Lopes Xavier – Graduada em Filosofia, Mestre em Filosofia, Doutoranda em Sociais e humanidades pela UFG. E-mail: luanafilosofia@gmail.com

alcance de grandes resultados da inclusão das pessoas com deficiência não só auditivas. O que acaba sendo um desafio tanto para essas instituições, como para seus corpos docentes na busca de melhorias contínuas do sistema educacional (educação inclusiva) e das suas alternativas metodológicas de ensino-aprendizagem de alunos surdos. A partir dessa pesquisa, observou-se que as IES e os docentes ainda não estão preparados para lidar com nova demanda dos surdos no ensino superior.

Palavras-chave: Ensino superior. Surdos. Metodologia. Inclusão.

ABSTRACT: Due to the increasing frequency of deaf students in universities and for the listeners. The challenges of teachers in teaching and learning process of these people, the research was conducted at the college in Anápolis-GO city with some teachers who have already taught deaf academics, in order to have an understanding of the biggest challenges faced by teachers of deaf students in the higher education institution (IES), especially in Anápolis-GO city. For this, the methodology of bibliographic research and field research was used, having as instrument-closed questionnaires. Deaf education has faced a process that has a long history of the challenges of enforcing the rights of people with disabilities, in this case, deafness - to have quality higher education. Since ancient empires, kingdoms, social organizations, the deaf-mute faced social exclusion; they were forgotten and denied their rights. Despite obstacles in the past centuries, many advances process regarding deaf people have been made in the struggle for deaf education in the world and even in Brazil. The possibility of these advances is recovered in the story that tells us the case of Charlie. M. L'Épée, France, considered the father of the deaf, he founded the first school for the deaf and he partially contributed to the INES Foundation in Brazil, which today is a reference institution in the struggle for the education of Brazilian deaf and having LIBRAS as language mother of this community. From 2002 until today, according to the Ministry of Education, there was a considerable number of deaf people entering Brazilian higher education institutions. The new federal, state, municipal and international declarations have contributed to the achievement of great results from the inclusion of people with hearing impairments. This turns out to be a challenge for both these institutions and their faculty in their quest for continuous improvements in education system (inclusive education) and their methodological alternatives for teaching and learning deaf students. From this research, it was observed that IES and teachers are not yet prepared to deal with the new demand of deaf people in higher education.

Keywords: Higher education. Deaf. Methodology. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A educação dos surdos tem uma história brilhante e de bravura de muitas pessoas que dedicaram suas vidas inteiras a esse nobre serviço de servir aos que mais necessitam, como registra a história de educação dos surdos no mundo.

Moura (2000) mostra que esse grupo vem sofrendo há muitos anos a discriminação no que diz respeito ao direito ao processo de ensino-aprendizagem. O Congresso de Milão, em 1880, foi umas das demonstrações da crueldade com os surdos quanto à liberdade de aprender e ser ensinado. Naquele congresso, a sua maioria era ouvintes, oficializou que surdos não poderiam mais usar língua de sinal como meio para se comunicar, obrigando-lhes a aprender falar, desprezando assim, o bom trabalho que muitos vinham desenvolvendo, como o francês conhecido como pai dos surdos, **Charles Michel L'Epée**, fundador da primeira escola para os surdos em Paris. Ele foi primeiro a trabalhar com surdos usando gestos e, a partir disso, a língua de sinais é considerada língua natural dos surdos. Todavia, após um século de proibição, essa decisão foi revertida, a língua de sinal volta a ganhar espaço na educação dos surdos. Mesmo com a liberdade concedida desde aqueles dias até hoje, ainda há necessidades de melhorar cada vez mais trabalho com as pessoas com essas necessidades especiais.

No ano de 1857, antes do congresso de Milão, o Brasil teve a oportunidade de iniciar seu primeiro trabalho com surdos. A convite do D. Pedro II, o professor Francês Eduardo Heut, que era também surdo - fundou a primeira escola para surdos no solo brasileiro, denominado na época de Imperial Instituto de Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Hoje a comunidade dos surdos do Brasil tem sua própria língua de comunicação, chamada Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (MOURA, 2000).

A educação dos surdos vem sendo um desafio desde tempos primórdios, como demonstra a História. Segundo Moura (2000), dos Gregos e Romanos até a Idade Moderna, as pessoas portadoras dessa deficiência enfrentaram e continuam enfrentando momentos difíceis, até tratamentos desumanos em nome de melhor metodologia de ensino para essa comunidade que tem a cultura e a língua própria diferentes dos ouvintes. Por essa razão, há uma grande necessidade de aprimorar o sistema de educação inclusiva nas instituições do ensino superior.

Para muitos surdos, estudar em escolas para ouvintes faz parte das expectativas de muitos deles e de seus pais (BOTELHO, 2002). O ensino regular vem enfrentando dificuldades em apoiar acadêmicos surdos em universidades pelo fato dos professores não terem uma preparação adequada a esta realidade, em decorrência desse fato, ocorre a desistência de muitos acadêmicos. Normalmente, a falta de formação específica ou básica dos professores em trabalhar com

estudantes surdos dificulta o cumprimento de um dos artigos da constituição brasileira (Art.205), que demonstra que todos têm direito à educação, preparando a pessoa para o exercício da cidadania. Por esse motivo, é necessário que haja uma reorganização educacional, ampliando as chances e abrindo novas possibilidades de ensino inclusivo.

O intérprete tem tido uma importância valiosa nas interações entre surdos e ouvintes. Na maioria dos casos, os intérpretes têm contato com a língua de sinais a partir dos laços familiares e da convivência social com vizinhos e amigos surdos, isso ocorre, geralmente, em espaços escolares e religiosos, como observa Gesser (2009). Nesse sentido, é muito importante que haja intérpretes, pois eles auxiliam bastante tanto os docentes, quanto os discentes surdos na interação com os discentes ouvintes, diminuindo assim a exclusão social. Mas, o domínio da língua de sinais da parte dos docentes poderá diminuir drasticamente as barreiras que dificultam a obtenção de melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem dos discentes surdos.

Para Marschark *et al.* (2005), as informações que um docente transmite na sala de aula para os alunos ouvintes precisam ser apropriadas para o conhecimento e aprendizagem dos estudantes surdos também. Tudo deve ser na mesma proporção de nível de entendimento do que está sendo ensinado.

O quadro educacional brasileiro demonstra que muitos são os excluídos e, que dentre esses, os sujeitos com necessidades especiais engrossam os quadros estatísticos dos “fracassados” e “marginais” da educação. Dessa forma, constata-se que a exclusão é dupla: perpetrada pelo sistema que os renega por não responderem ao modelo, por serem “desviantes”, “transgressores”, “desajustados” e também pelo próprio corpo social – porque, nessa relação antiética que se estabelece entre controlados e controladores, dominados e dominadores, os seus lugares, com certeza, estão definitivamente marcados (FERNANDES; SILVA, 2012 p. 43).

A exclusão muitas vezes não é por preconceito, mas sim por falta de conhecimento e informação por parte dos ouvintes em relação aos surdos. A língua de sinais não é tão simples de ser dominada, a princípio ela requer várias formas de aprendizagem, pois nem todas as cidades e países têm a mesma forma de gesticular a língua de sinais. A busca constante por parte de docentes para superar as dificuldades enfrentadas, em curto espaço de tempo, poderá mudar o quadro da realidade atual.

Esta pesquisa justifica-se pelo número cada vez maior dos estudantes surdos que ingressam no ensino superior no Brasil. Segundo dados do ministério de educação brasileira (BISOL; VALENTINI, et al, 2010, p. 148), em 2003 - 665 surdos frequentavam a universidade. Em 2005, esse número aumentou para 2.428, entre instituições públicas e privadas. Diante desse fato, é urgente ter a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino superior para manter em alta essa nobre oportunidade que essa classe está tendo. Assim, esta

pesquisa visa discutir sobre o que estudantes surdos, no ensino superior, esperam dos docentes no processo de ensinar a todos, promovendo a educação inclusiva.

Apesar do número crescente dessas pessoas nas universidades, ainda há muitos jovens e adultos surdos que não têm acesso ao ensino superior, porque muitas instituições não estão preparadas para recebê-los. Neste âmbito, é importante ressaltar que os mediadores ouvintes (instituições e docentes) deverão acrescentar nas universidades novas formas de ensino, auxiliando os discentes surdos no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse limiar, este trabalho levanta o seguinte problema: Quais são os desafios dos docentes no processo de ensino-aprendizagem de estudantes surdos na universidade, em especial em uma universidade da cidade de Anápolis-GO?

A proposta da pesquisa é de suma importância para a comunidade surda e para a sociedade em geral, pois ela irá beneficiar com os resultados que serão alcançados, visto que, os problemas maiores serão identificados e se proporá soluções para esses, viabilizando, assim - melhor formação para surdos.

A metodologia de pesquisa foi descritiva, com abordagem quantitativa, pesquisa de campo, questionários fechados (apêndice A) e com análise de dados. Serão aplicados os questionários fechados aos entrevistados, nesse caso, os professores que já lecionaram ou que ainda lecionam para os estudantes surdos em uma universidade da cidade de Anápolis-Goiás. E os dados coletados serão analisados quantitativamente em forma de gráficos.

Este trabalho foi dividido em três principais tópicos, a saber: o primeiro tratará da educação dos surdos no ensino superior no Brasil; o segundo trará uma discussão sobre as dificuldades dos docentes no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos no ensino superior e o terceiro, último tópico, discorrerá acerca das alternativas de metodologias usadas no processo de ensino-aprendizagem para discentes surdos. Essa pesquisa tem por objetivo investigar os maiores desafios enfrentados pelos docentes e pelas IES no processo de ensino aprendizagem dos acadêmicos surdos nas universidades para ouvintes.

2 EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A educação inclusiva é assunto que vem sendo debatido nos últimos anos com mais frequência no meio acadêmico e na sociedade. O número expressivo das pessoas com necessidades especiais vem chamando atenção da sociedade para dar devida atenção a estas pessoas. Dentre essas pessoas com Necessidades Especiais Educativas (NEE), as que têm deficiência auditiva, surdos ou surdos-mudos constitui o grupo para qual está voltado o foco desse trabalho. Mas, antes de prosseguirmos, é bom que fique claro o que é surdez/surdo para melhor compreensão do mundo dessas pessoas.

Segundo Lopes (2006) *apud* Moura (2016), conceitua surdez de seguinte forma:

Sobre o assunto, a área clínica se refere ao surdo como deficiente auditivo. Este termo é utilizado para designá-lo e defini-lo como uma desordem da audição independente da causa tipo ou severidade, e seu grau é medido em decibéis (dB) por meio de exames clínicos. Dessa forma, ela pode ser leve, com perda auditiva entre 15 e 30 dB, perda moderada, de 31 a 60 dB, perda severa, de 61 a 90 dB, e profunda, referente à perda auditiva acima de 90 dB. De acordo com a localização, as classificações podem ser condutiva, sensorial, neural e mista. Pode ser de origem genética ou adquirida durante a gravidez (pré-natal), durante o nascimento (perinatal) ou após o nascimento (pós-natal). Quanto ao tipo, a deficiência auditiva é dividida em condutiva, quando a lesão está na orelha externa ou média; neurossensorial, que compromete a orelha interna, a cóclea ou o nervo coclear; mista, afetando a orelha média e interna; e central, quando o nervo coclear e suas conexões são comprometidos (MOURA, 2016, p. 23).

É bom sempre levar em consideração que as pessoas surdas têm a identidade própria, apesar de viver pluralidade cultural (viver entre cultura surda e de ouvintes), elas pertencem a uma cultura distinta a dos ouvintes e elas também têm língua própria, então, tudo isso deve ser analisado e levado em consideração quando assunto é educação dos surdos.

2.1 TRAJETO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO

Ao longo de séculos, a História da educação dos surdos tem demonstrado alguns avanços significativos que merecem ser enaltecidos nesse trabalho. Havia grandes esforços por parte de algumas pessoas que dedicaram suas vidas para haver uma educação inclusiva hoje.

Mas para chegar hoje a esse nível de educação inclusiva, apesar da necessidade de muitas melhorias ainda, a História mostra que durante vários períodos a situação dos surdos era pior. Eles eram tratados de forma desumana e cruel, os Romanos e Gregos os consideravam praga e castigo dos deuses, enquanto que os Egípcios e Medos-Persas os consideravam abençoados por deuses com segredos incomunicáveis, mas grande parte da sociedade fazia exclusão e discriminação com surdos (MOURA, 2000).

A História das pessoas surdas, desde primórdios até data presente está dividida em três grandes partes, segundo Pereira (2011) citado por Silva (*ibidem*):

Sendo a **primeira** até o ano de 1760, onde a educação das crianças surdas era realizada individualmente por tutores em sua maioria médicos ou religiosos, destacando-se Pedro Ponce de León. A **segunda** fase predominou de 1760 a 1880 com a fundação das escolas para surdos e o Congresso de Milão. A **terceira** ocorreu depois do ano de 1880 após o Congresso de Milão, período no qual o método oral se espalhou por toda a Europa (SILVA, 2015, p.36).

O século XVI (a *primeira* parte desse processo) foi o início da História da Educação dos surdos pelo médico pesquisador italiano Gerolamo Cardano, que chegou a seguinte conclusão:

“a surdez não prejudicava a aprendizagem, uma vez que os surdos poderiam aprender a escrever e assim expressar seus sentimentos” (JANUZZI, 2004 *apud* SILVA, 2015, p.37).

Outro que deu grande contribuição ao processo da Educação dos Surdos foi o monge beneditino Pedro Ponce de Leon, que ensinava escrever e ler para os filhos surdos das famílias dos nobres da época. Ele foi considerado o primeiro professor dos surdos na História, “usava método de rótulos, alfabeto manual e palavras escritas associando as pronúncias das mesmas” (SILVA, 2015, p.37).

No início de século XVII, quem marcou a História da Educação dos surdos foi Juan Pablo Bonet e Manuel Ramirez de Carrión, assim como outros, esses também realizavam trabalhos com surdos. A metodologia usada para o ensino-aprendizagem era oral e língua de sinais, apesar de ser defensor de oralismo, ele não descartou a língua de sinal para ensinar aquilo que dominava muito, gramática, usando soletração fonética. Os surdos precisavam falar para se tornar cidadão (Ibidem).

No século XVIII (1750), foi a vez do considerado pai dos Surdos, o abade francês Charles Michel de L’Epée, quem começou a instrução formal dos surdos usando metodologia de língua de sinais e a língua falada. Com essa junção, obteve grande sucesso no seu trabalho. Ao passo que na Inglaterra, Alemanha e outras partes da Europa predominava-se o oralismo, ou seja, a obrigação de surdo falar (BISOL et al, 2010).

Segundo a metodologia do abade, os sons não eram essenciais na educação dos surdos, mas sim a possibilidade que eles tinham de aprender ler e a escrever através de ferramenta que usam no dia a dia, de forma natural, que são sinais, visão e gestos. O resultado foi imediato, os objetivos eram alcançados, logo – criou o método dos “sinais metódicos”, onde outras pessoas podiam aprender e ensinar para outras. Daí deu início o processo de relação entre a Língua de Sinais e o ensino da língua falada (SILVA, 2015).

Já para Bisol et al (2010), a criança surda deve ser colocada desde cedo em contato com ensino e aprendizagem da língua de sinais, de preferência com um professor surdo, para assim sentir-se pertencente à comunidade surda. Assim, foi a primeira fase da História da Educação dos surdos no mundo.

A *segunda* fase da História da Educação das pessoas surdas, segundo Silva (2015), iniciou-se com a fundação da primeira escola pública para surdos em Paris pelo L’Epée. Os professores usavam o método criado pelo fundador os sinais metódicos, assim, eles procuravam se reunir com frequência para analisar o processo de ensino-aprendizagem dos seus alunos surdos e melhorar o que precisavam.

Segundo Silva (2006) *apud* Silva (2015):

Na Escola Pública para Surdos em Paris, após cinco ou seis anos de formação, os surdos dominavam a língua de sinais francesa, o francês escrito, o latim e uma outra língua estrangeira também de forma escrita. Além da leitura e da escrita em três línguas distintas, os alunos surdos tinham acesso aos conhecimentos de geografia, astronomia, álgebra, etc., bem como artes de ofício e atividades físicas. Tinha como eixo orientador a formação profissional, cujo resultado era traduzido na formação de professores surdos para as comunidades surdas e a formação de profissionais em escultura, pintura, teatro e artes de ofício, como litografia, jardinagem, marcenaria e artes gráficas. (SILVA, 2015, p. 38,39).

L'Épée, com todo sucesso alcançado, não escapava das críticas dos defensores do método oral. Em 1870, o médico francês Jean Marc Itard propunha a cura dos surdos, logo, a surdez passou de deficiência para doença. Posteriormente, outro francês, Desiré diretor do Instituto Nacional de Surdos-mudos, afirmou que a língua francesa era a forma ideal para ensino-aprendizagem dos surdos (MOURA, 2000).

A Europa influenciou os Estados Unidos de América com a sua forma oral diferenciada em ensinar aos surdos. Mas com tempo, a língua de sinais americana se separou das línguas de sinais francesas e ganhou a forma própria: inglês escrito e alfabeto digital.

Dentre os defensores de método oral, Johan Graser e Moritz Hill diziam que:

havia dificuldades na educação das pessoas surdas em classes de ouvintes na escola comum. Assim, Graser propunha o treinamento oral das pessoas com surdez e só depois estes deveriam ser encaminhados para as escolas regulares. Hill, por sua vez, adotou também o método oral (SILVA, 2015, p.39).

Já o contrerâneo de Graser e Hill, Gallaudet, após participar de alguns eventos em Paris, chegou à conclusão que melhor método para Educação dos surdos era por meio da combinação das duas metodologias: Língua oral com a Língua de sinais.

Mas o progresso da segunda fase da História da Educação foi arruinado após decisão que saiu de congresso de Milão entre dias 06 a 11 de setembro no ano de 1880. Este congresso teve como objetivo principal discutir propostas para educação das pessoas surdas, tendo no total de 182 participantes, onde maioria dos representantes era dos países defensores de oralismo e ouvintes. Neste congresso se teve a decisão que proibiu o uso de língua de sinais, assim a educação de surdos passou a ser unicamente pelo método oral. Segundo Pereira (2011) citado por Silva (2015), “com a aprovação do método oral, os professores surdos foram destituídos de seu papel de educadores e a língua de sinais foi proibida de ser usada pelos professores na educação e na comunicação com seus alunos surdos” (SILVA, 2015, p.40).

A *terceira* e última fase da História da Educação dos surdos teve início com a decisão de congresso de Milão. Na Europa e outras partes de mundo predominava o oralismo, muitos professores qualificados nos métodos de línguas de sinais foram destituídos das suas funções, muitas escolas chegaram a rejeitar matrícula dos alunos com surdez profunda, visto que esses eram até considerados inaptos sem aptidão para aprender. Após oito anos dessa decisão, início de

século XX, os defensores de oralismo perceberam que o método não teve o êxito esperado, pois a leitura e a escrita dos surdos eram insuficientes. Mesmo assim, o oralismo perdurou por um século para voltar a reconhecer língua de sinais como melhor forma de Educar surdos.

De acordo com Pereira (2011 *apud* SILVA 2015, p. 41), “a proibição do uso da língua de sinais na educação de surdos por mais de cem anos trouxe como consequências baixo rendimento escolar e a impossibilidade de o surdo prosseguir seus estudos em nível médio e superior”.

A comunicação total ou bimodal, fala acompanhada de sinais, surgiu na década de 1960 após uma investigação e estudos sobre o oralismo em relação a língua de sinais, chegaram à conclusão sobre a ineficiência de oralismo como método de Educação dos surdos. Então, esse método teve progresso nos Estados Unidos em diversos países, inclusive no Brasil. Em seguida, como sendo método aberto às formas que podiam levar ao ensino-aprendizagem dos surdos, além usar línguas de sinais, oral, acrescentou-se também os gestos, surgindo assim o bilinguismo (SILVA, 2015).

Segundo Quadros (1997, *apud* SILVA, 2015, p.42):

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Atualmente, muitas escolas adotaram o método bilíngue como o melhor caminho para uma educação eficiente para os surdos. Os resultados são evidentes tanto para ouvintes que aprendem a língua de sinais, considerada primeira língua dos surdos, assim como para possibilitar aos surdos aprender língua dos ouvintes.

2.2 A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A Educação dos surdos no Brasil teve início com a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), criado no Rio de Janeiro pelo imperador D. Pedro II no ano de 1857. A convite de D. Pedro II – L’Épée envia seu discípulo - professor surdo - Huet para o Brasil. Funda o Instituto dos Surdos-mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Em 1862, foi fundada a primeira escola de surdos do Brasil “Imperial Colégio de D. PEDRO II”.

O trabalho nessa primeira instituição iniciou-se com o método oral e da Língua de Sinais, isso era antes do congresso de Milão de 1880, que ficou decidido pelos professores ouvintes a proibição da língua de sinais. Os professores surdos foram excluídos dessa votação. A partir do

congresso de Milão decaí muito o número de surdos envolvidos na educação de surdos. Anos depois, o Brasil teve que submeter a decisão de Milão, adotando o oralismo como único método da Educação dos surdos.

No ano de 1983 deu-se início de ensino de linguagem articulada pelo Dr. Joaquim José Menezes por alguns anos, depois veio Dr. Tobias Leite que chegou à conclusão que esse método não atinge resultado esperado. Mais tarde, em 1911, foi a vez do Dr. Custódio Ferreira Martins, que assumiu a administração do INES, sendo adepto ao oralismo, ele o legitimou como método para educação dos surdos brasileiros. E no ano de 1914, o resultado de oralismo aponta negativamente a eficiência do método (SILVA, 2015).

No ano de 1930, a administração passou para mãos do Dr. Armando Paiva Lacerda que buscou reabilitar a dignidade das pessoas surdas, tendo como objetivo a adaptação dessas pessoas na sociedade e assim como no mercado de trabalho profissional, o que impreterivelmente passa pela educação desses.

De acordo com Alvez, Ferreira e Damázio (2010, *apud* Silva, 2015, p.43):

Geralmente, as escolas especiais fornecem escolarização até o final do ensino fundamental e, posteriormente, encaminham às escolas do ensino regular aqueles que consideram com capacidade para continuar os estudos. A vida escolar das pessoas com surdez, em geral, fica comprometida, em decorrência da estrutura organizacional das escolas especiais e das escolas regulares.

A necessidade de incluir estes alunos surdos passou a ser preocupação da sociedade em geral. Segundo Polliana Barboza da Silva, para que a educação inclusiva possa acontecer nas instituições escolares, alguns fatores precisam ser levados em considerações:

Primeiramente, a Constituição Federal Brasileira nos dá o respaldo no artigo 205 de que a educação é direito de todas as pessoas, a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (lei nº 9394/96) confirma a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular tendo como complemento o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Deste modo, além de todos esses direitos assegurados por lei, a educação destas pessoas deve ter o apoio da equipe da instituição, colegas de sala e família. Os recursos e suportes tecnológicos também são de fundamental importância na aprendizagem das pessoas com deficiência.

Nas últimas décadas, temos acompanhados alguns avanços significativos do Brasil quantas as políticas de inclusão. Segundo Santos e Nascimento (S/A), o Brasil tem afirmado acordos internacionais de um sistema educacional inclusivo, como:

Declaração Mundial da Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990; Declaração de Salamanca, Espanha, em 1994 e a Convenção de Guatemala, 1999; que passaram fortemente a influenciar na formulação de políticas afirmativas que garantissem propostas educacionais que reconhecessem e ofertassem ações públicas à diversidade, de fatos reafirmados na Constituição Federal do Brasil de 1988 (SANTOS; NASCIMENTO S/A).

Com todas essas propostas de ensino, a educação brasileira para surdos teve avanços significativos, dando aos educandos um novo olhar e uma nova percepção rumo às inovações de ensino promissor.

Segundo dados de MEC/INEP (2006), no final de anos 90, nas políticas educacionais de inclusão escolar houve um aumento considerável no ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino superior do Brasil. Entre os anos de 2003 e 2005 o número de alunos com NEE no ensino superior passou de 5.078 para 11.999, mostrando um crescimento de 136% no aumento nas matrículas. E no que refere aos alunos surdos no ensino superior no ano de 2003 - era de 665 alunos, em 2004 o número cresceu para 974 alunos e em 2005 chegou a 2.428 alunos, havendo um crescimento de 265% entre 2003 a 2005 (ANSAY, 2010).

Os dados são bastante animadores, demonstrando uma abertura na inclusão das pessoas com deficiência, em especial, no caso da surdez. Mas é necessária uma política eficaz que irá levá-los a permanecer e a participar afetivamente no processo de formação acadêmica profissional.

Nesse âmbito, ainda temos algumas leis e políticas nacionais e internacionais que sinalizam a favor da integração/inclusão desses alunos com NEE que vieram para corroborar com esses avanços obtidos aos longos desses anos. Entre essas temos:

Lei nº. 8069 (1990), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente³³, Lei nº. 9.394 (1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação (2000), Lei nº. 10.845 (2004)³⁴ que institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, Política e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), além de outros decretos, pareceres e recomendações governamentais. A LDB 9394/96 no capítulo V, no art. 58. diz: — Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais. Reforçando a LDB 9394/96, a Resolução CNE/CEB nº2 (2001) afirma: —Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais. O termo —preferencialmente utilizado na LDB 9394/96 é substituído por —” deve” na resolução, enfatizando desta forma a inclusão dos alunos com NEE nas classes comuns³⁵ (*Ibidem*).

A ideia da educação inclusiva tem recebido apoio de muitos autores, mas também existem os críticos dessa ideia, entre eles temos:

Kauffmann e García (apud RUBIO, 1998), Patto (1996), Pierucci (1999), Sá (2002), e Platt (2004), Kassar (1998) e Ferreira (1998). Para estes autores a inclusão pode representar um escamoteamento, uma farsa, uma cilada para acobertar as grandes desigualdades de nossa sociedade, mantendo um jogo de aparências, sem se aprofundar nas questões fundamentais da realidade social e servindo apenas como plataforma das políticas capitalistas neoliberais (ANSAY, 2010, p. 125).

Até certo ponto, referidos autores estão certo. Se a política de inclusão não for levada a sério, com certeza servirá apenas de farsa, como afirmam. Tudo nos leva a crer que a educação de surdos pode ser adotada de diferentes formas e padrões, colocando o surdo no ápice do conhecimento.

3 AS DIFICULDADES DOS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

A educação inclusiva é um processo muito complexo e desafiador para os docentes das IES brasileiras. Partindo de pressuposto, que muitos docentes não têm conhecimento das LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), ao deparar com essa situação em que deve ensinar numa turma com mais de vinte e cinco alunos, incluindo os pessoas com NEE. Como vencer esse desafio? Por outro lado, muitas instituições de ensino superior estão no processo de adequação a essa nova demanda e cumprimento da lei que lhes obrigam acolher pessoas com NEE.

Dada a sua complexidade e, além de ser polêmico, os seus integrantes, governo, IES, professores e estudantes precisam de diretrizes que lhes orientem e lhes mantenham interdependentes em forma cíclica.

3.1 A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A necessidade de incluir os estudantes surdos no processo de ensino-aprendizagem nas instituições de ensino superior IES deve atender uma gama de fatores que precisam ser levados em consideração. Começando pelo cumprimento ou não da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos diferentes níveis de escolaridade em que esses alunos surdos passam qualificação dos docentes para preparar essas pessoas para a vida acadêmica – profissional, e instituições de ensino que devem estar preparadas para acolher, acompanhar e dar assistência necessária.

A inclusão é compreendida como "uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação" (LODI *apud* BRASIL, 2008, p.1).

Não se deve enganar, que a inclusão se limita apenas em receber estudante surdo na instituição, ter espaço para lhe acomodar, ter um docente e um intérprete para passar apenas informações em vez de ensinar, porque se não, estaremos equivocados e muito aquém do desejado, a inclusão desses alunos.

Segundo Strobel (2008, *apud* ANSAY, 2010), a inclusão é mais de que isso, então ele questiona:

Desta maneira, a —inclusão de sujeitos surdos na escola, tendo-se a língua portuguesa como principal forma de comunicação, nos faz questionar bem se a inclusão oferecida significa integrar o surdo? Na verdade a palavra correta para as experiências desenvolvidas não é inclusão, e sim uma forçada —adaptação com a situação do dia a dia dentro de escolas de ouvintes (ANSAY, 2010, p. 125).

A inclusão é muito mais de que dar mera oportunidade de entrar na instituição do ensino superior, porque um surdo que ingressou no ensino superior demonstra que tem ultrapassado muitas barreiras de comunicação, atitudes, barreiras econômicas e sociais, com certeza adquiriu conhecimentos que foram construídos ao longo dos anos. Mas também há muitos que encontram maior dificuldade de assimilar as informações de educação superior, resultado das deficiências anteriores que precisam ser corrigidas. De acordo com Sampaio e Santos (2002, *apud* Bisol et al, 2010): “Neste caso eles precisam contornar as falhas da trajetória escolar anterior, como deficiências de linguagem, inadequação das condições de estudo, falta de habilidades lógicas, problemas de compreensão em leitura e dificuldade de produção de textos”.

3.2 A COMPETÊNCIA DE DOCENTE E DAS IES

A falta de empenho da parte de alguns professores faz com que os alunos surdos tenham maiores deficiências no processo de ensino-aprendizagem. Um estudo realizado por Foster, Long e Snell (1999 *apud* BISOL, et al 2010) falando da vivência desses alunos surdos no contexto de sala de aulas no ensino superior tem demonstrado que a comunicação e o envolvimento muitas vezes estão no mesmo patamar com os ouvintes, mas quando se refere à vivência da vida de um universitário, os estudantes surdos se sentem menos integrados. Por outro lado, o autor observa que muitos professores não se preocupam em fazer algumas adaptações que facilitariam a compreensão do aluno surdo e eles atribuem o fracasso dos alunos ao serviço de apoio fornecido pela IES.

Lang (2002, *apud* BISOL et al, 2010) continua nos confrontando com as realidades vividas pelos professores e alunos surdos nas universidades, o autor procura chamar atenção para duas questões consideradas importantes nesse processo ensino-aprendizagem:

A **primeira** questão é que há pouca comunicação direta entre alunos surdos e ouvintes ou mesmo entre alunos surdos e professores, o que os coloca em uma situação de dependência. A **segunda** refere-se aos serviços de apoio ou programas de acompanhamento que, embora necessários, podem reforçar o estigma da diferença, na medida em que exigem uma logística especial para adaptação de horários e uma carga extra de atividades e compromisso.

Essa falta de comunicação social faz com que essa diferença se perdue além do curso. Não pode haver exclusão dessas pessoas, da mesma forma que não pode extrapolar o ‘cuidado’ ao ponto de tê-los como coitadinhos. O importante é saber respeitar as diferenças e valorizar aquilo que há de melhor.

Ainda no que se refere à inclusão de alunos surdos no Ensino Superior, encontramos na PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, no artigo 2 (alínea), item III algumas recomendações:

- III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso
- a) de propiciar, sempre que necessário intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
 - b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando conteúdo semântico;
 - c) de estimular o aprendizado da Língua Portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
 - d) de proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva (ANSAY, 2010, p.127).

Para Moreira (2004), a inclusão nas IES não é construída de dia para noite, mas sim um processo que leva tempo:

A universidade inclusiva não aparece de um momento para o outro. Não surge por decreto nem se configura por meio de uma única gestão administrativa. Pelo contrário, desenvolve-se ao longo de um processo de mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes que, muitas vezes camufladas pelo silêncio, parecem não existir. É um processo que nunca está finalizado, mas que coletivamente precisa ser enfrentado. Uma universidade com atitude inclusiva é um grande desafio: sugere a desestabilização do instituído e o reconhecimento de que nossa sociedade é matizada pela diversidade, pela diferença, que o ser humano é pluralidade e não uniformidade (MOREIRA, 2004, p.200).

Outro documento fundamental para a educação dos alunos surdos é o decreto Nº 5.626 de 2005 que regulamenta a lei Nº 10.436 de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS em seu capítulo VI, Art. 23 que trata da garantia do direito à educação das pessoas surdas:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (MOREIRA, 2004, p.128).

Por meio desse decreto, pessoas surdas têm direito nas instituições federais de educação superior de receberem os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS. Ainda nesse mesmo capítulo, no inciso 2 diz:

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

4 ALTERNATIVAS DE METODOLOGIAS USADAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA DISCENTES SURDOS

A História da Educação dos Surdos mostra que várias alternativas foram usadas para obter resultados que possibilitavam uma comunicação eficiente entre surdos e os ouvintes. Mas a realidade histórica prova que muitas delas não tinham e continuam não tendo lógica. Assim, dos três métodos mais conhecidos se tem: Oralismo, Comunicação total e Bilinguismo.

4.1 ORALISMO

Oralismo, como nome mesmo mostra, foi método utilizado por certas pessoas que criam que as pessoas surdas-mudas podiam se comunicar com ouvintes utilizando a voz e também da leitura labial, então elas:

Propunha às pessoas surdas utilizar a língua dos ouvintes como única possibilidade de linguagem, o uso da voz e também da leitura labial. Sendo assim, o oralismo esteve presente na educação das pessoas surdas por um longo período e, ainda, se encontra presente nos dias atuais (SILVA, 2015, p.44).

Muitas escolas da época rejeitaram matricular os alunos que apresentavam grau profundo de surdez e mudos. As consequências eram óbvias e inevitáveis, seu efeito continua repercutindo até hoje.

No início de século XX, depois de oito anos da sua aprovação como único método para educação dos surdos, eles deram conta de que a leitura e a escrita dessas pessoas eram insuficientes, abaixo do esperado, mesmo assim, continuaram até que “dois estudiosos, psicólogos franceses Binet e Simon aplicaram uma avaliação sistemática em duas instituições francesas e, assim, chegaram à conclusão de que o sistema oralismo não garantia a conversação com as pessoas ouvintes” (*ibidem*, p.45).

“O reconhecimento da identidade surda está acontecendo, sendo notável a atuação de diversas associações de surdos que lutam pelos seus direitos, como também a caminhada percorrida com o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo” (SILVA, 2015, p.44). A perseverança do grupo de surdos-mudos tem impressionado o mundo. Eles construíram suas histórias e vêm conquistando lugares na sociedade hoje. Estão sendo reconhecidos gradualmente por aquilo que eles acreditam que são e podem fazer ainda para essa sociedade.

A sociedade tenta organizar os surdos de maneira que eles adequem-se à realidade dos ouvintes, esquecendo que seria mais fácil adequar os ouvintes à realidade dos surdos. Por exemplo, proporcionar curso da língua de sinais para ouvintes, o que possibilita a boa comunicação e convivência harmoniosa. Porque a História da Educação dos Surdos nos mostra que há ineficiência, perda de tempo em tentar fazer os surdos-mudos falarem como ouvintes, utilizando voz e também leitura labial.

4.2 A COMUNICAÇÃO TOTAL

A comunicação total consiste em um método que é a junção de oralismo a gestos que não chegam a ser língua de sinais, que até então tinha o seu uso proibido no meio das pessoas surdas. Ganhou força nos Estados Unidos da América, nos outros países e no Brasil, contudo, o oralismo continuava sendo língua majoritária, dominante. Sendo assim,

a Comunicação total se apresentou como proposta que favorecia a utilização do oral e também dos gestos. No entanto, através da prática da comunicação total houve um contato mais amplo da língua de sinais o que era anteriormente proibido pelas concepções do oralismo além do surgimento de estudos sobre a língua de sinais (*ibidem*).

A comunicação total abriu assim as portas para o retorno da língua de sinais que já estava em pleno uso e apresentava ótimos resultados, mas congresso de Milão botou tudo a perder.

4.3 O BILINGUISMO

Após a comunicação total surge o bilinguismo. Ele dá a possibilidade aos surdos-mudos a aprenderem em duas línguas, no caso do Brasil - língua portuguesa e LIBRAS. Para os surdos, a segunda língua é a língua portuguesa e a LIBRAS é considerada a língua materna dos surdos brasileiros. Então, a proposta de bilinguismo é valorizar língua de sinais como a língua própria dos surdos e aprender a segunda língua que é dos ouvintes. Assim, como os ouvintes podem e devem aprender língua de sinais (LIBRAS) para melhor comunicar com colegas estudantes surdos.

Assim, “nesta direção, o bilinguismo não envolve apenas os aspectos linguísticos, mas também políticos referentes à identidade e a cultura das comunidades surdas” (SILVA, 2015 p.46).

Segundo Gesueli (2006, *apud ibidem*), “a proposta de educação bilíngue sugere-nos, então, mudanças que se mostram necessárias, sendo a mais importante delas o respeito à língua de sinais como língua natural e de direito do surdo”.

De acordo com Giammelaro, Gesueli e Silva (2013, *apud* SILVA, 2015):

a abordagem bilíngue diferencia-se da oralista ao considerar o canal viso-gestual fundamental para a aquisição de linguagem do surdo, e ainda, contrapõe-se à Comunicação Total ao preservar um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional, defendendo a ideia de que cada uma das línguas apresentadas ao surdo deve manter suas características próprias (SILVA, 2015, p.46).

O bilinguismo se apresenta até então como a melhor alternativa metodológica no processo de ensino-aprendizagem dos surdos, no qual é permitido uso de duas línguas, o que possibilita a comunicação, a aprendizagem e a interação entre duas culturas (surda e de ouvintes). Não apresenta restrição alguma para quem quer aprender e comunicar livremente.

Então, a educação bilíngue, língua oral e língua de sinais combinada a gestos, tem sido uma das melhores alternativas para educação dos estudantes surdos. O método bilíngue descarta a possibilidade de desenvolver a fala para quem nunca tem e nunca terá.

É bom entender que a língua de sinais é considerada a primeira língua dos surdos e a língua materna para eles. Qualquer tentativa de abstração da língua de sinal violará gravemente o direito de comunicar, usando a ferramenta primordial de comunicação com meio que lhes rodeiam.

As duas línguas (oral e de sinais) são essenciais para as duas comunidades surdas e ouvintes, pois assim haverá maior interação entre surdos e ouvintes. A educação inclusiva precisa salientar que há vários desafios que muitas vezes não serão contidos pela falta de compreensão de uma ou outra parte, levando sempre em consideração que é a convivência dentre duas culturas distintas, desse modo, os choques entre culturas é considerado normal.

Para muitos surdos, estudar em escolas para ouvintes faz parte das expectativas de muitos deles e de seus pais, disse Botelho (2002).

O ensino regular vem enfrentando dificuldades em apoiar acadêmicos surdos em universidades pelo fato da má preparação de professores; em decorrência do fato ocorre a desistência de muitos acadêmicos.

Normalmente, os professores necessitam de formação específica em LIBRAS, que é língua materna dos surdos brasileiros, para assim apoiar melhor os acadêmicos surdos no processo de ensino-aprendizagem. Mas, o que se vê com frequência é a falta de interesse de muitos (professores, estudantes, responsáveis ouvintes das mesmas instituições) em buscar aprender e aperfeiçoar mais nesta área.

Por esse motivo, há necessidade de uma reorganização educacional em algumas IES brasileira, ampliando assim as chances para novas possibilidades de ensino-aprendizagem modernizado. Contudo não significa que não terá mais barreiras com a reorganização do sistema educacional surdo, mas haverá melhorias consideráveis.

Segundo Lang (2002, *apud* BISOL, et al, 2010), mesmo em países com mais tradição na inclusão de surdos em instituições de ensino superior – como os Estados Unidos, onde em 1999 eles eram mais de 25 mil – há maior compreensão sobre as barreiras e dificuldades do que sobre as soluções. O que existe de positivo são diretrizes gerais, como o respeito à diferença linguística e a oferta de subsídios metodológicos específicos, como materiais especiais, novas tecnologias de ensino e serviços de apoio (BISOL, et al, 2010).

5 METODOLOGIA

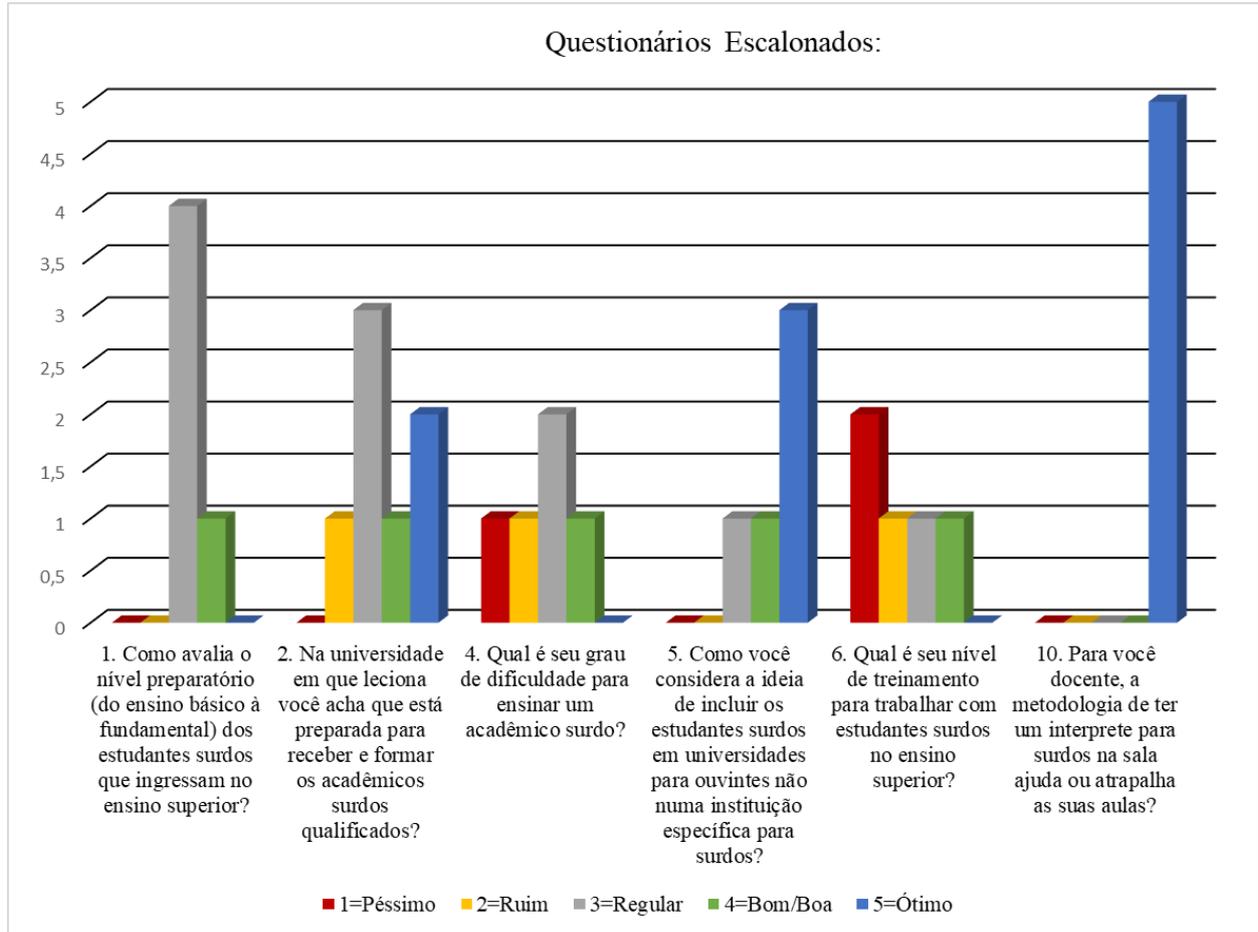
Inicialmente, estudos e leituras de referenciais teóricos foram desenvolvidos antes da realização desta pesquisa do campo. Quanto ao assunto pesquisado, foram elaborados dez questionários (apêndice A) de respostas objetivas (escalonados e de múltiplas escolhas) que buscaram compreender os desafios dos docentes no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos no ensino superior brasileiro, em especial, numa das IES na cidade de Anápolis-GO.

Procedimentos: foram agendados os encontros com os docentes, entregando lhes os questionários acompanhados do termo de consentimento da sua livre participação da pesquisa (anexo), após assinatura desses, eles foram respondidos e depois foram recolhidos para posterior discussão e avaliação dos dados.

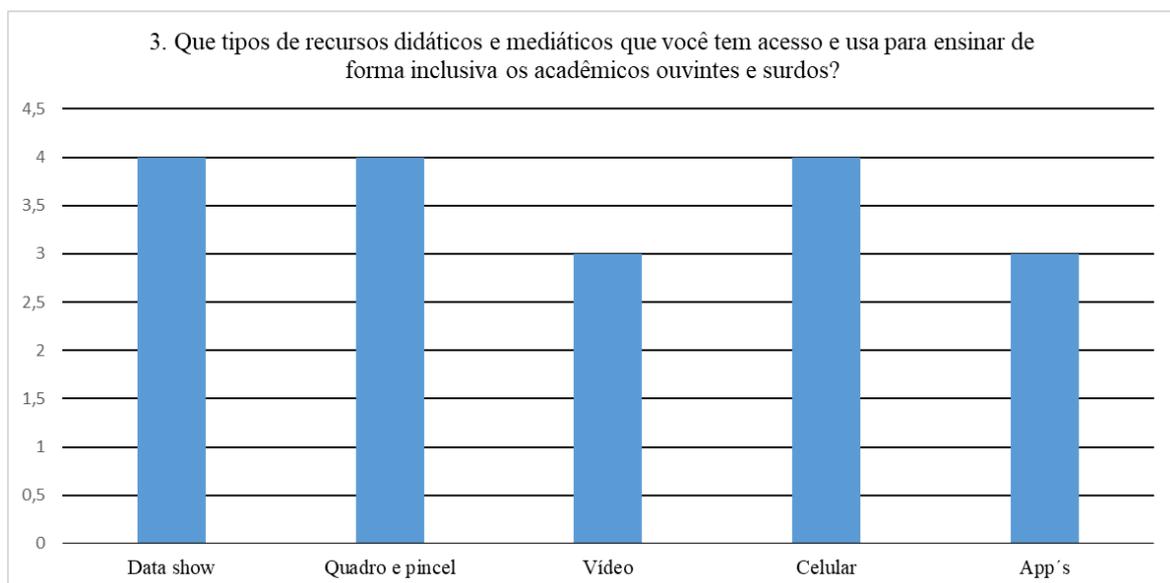
Os questionários eram divididos em partes: três perguntas direcionadas à Educação dos surdos; quatro perguntas direcionadas às dificuldades dos docentes no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos e três perguntas direcionadas à metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas pelos docentes como a forma de inclusão dos estudantes surdos no superior.

6 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

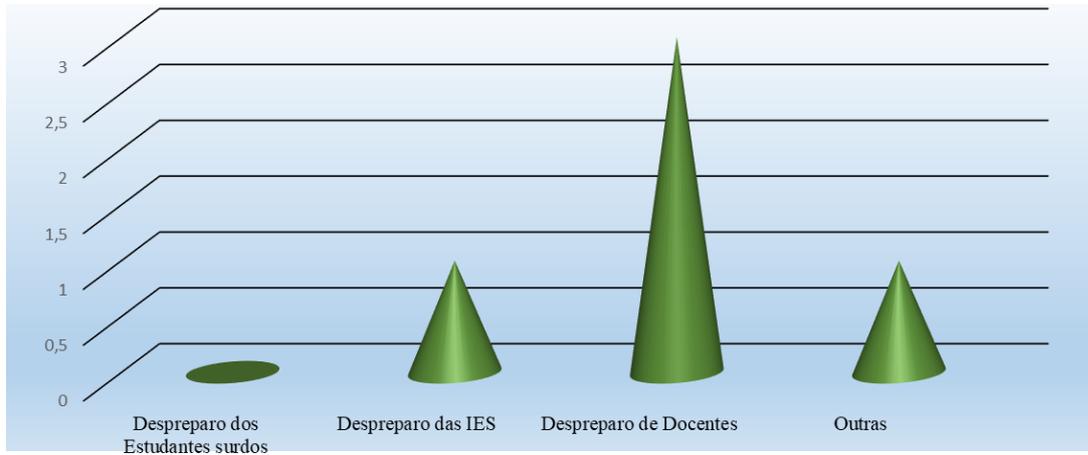
O gráfico 1: Questionários Escalonados



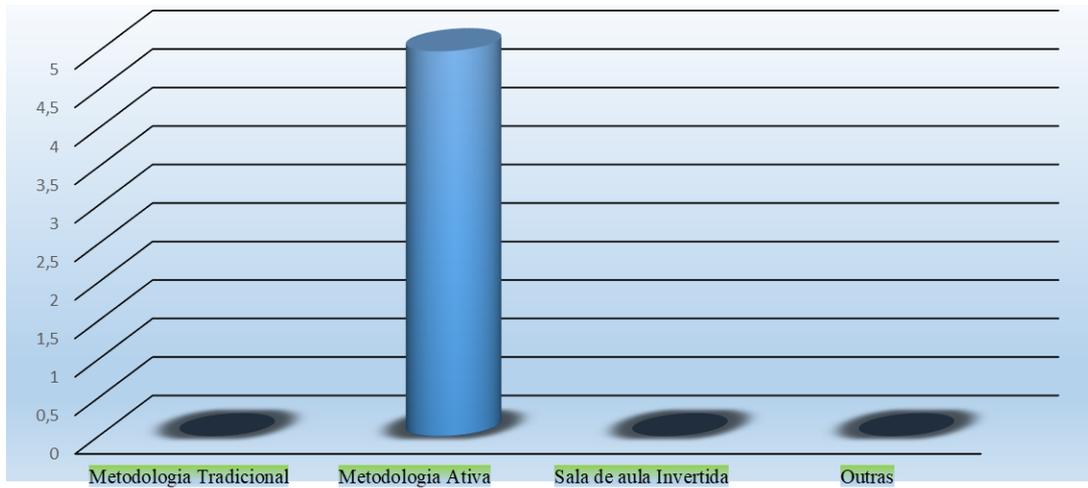
Os gráficos 2 a 5: Questionários de Múltiplas escolhas



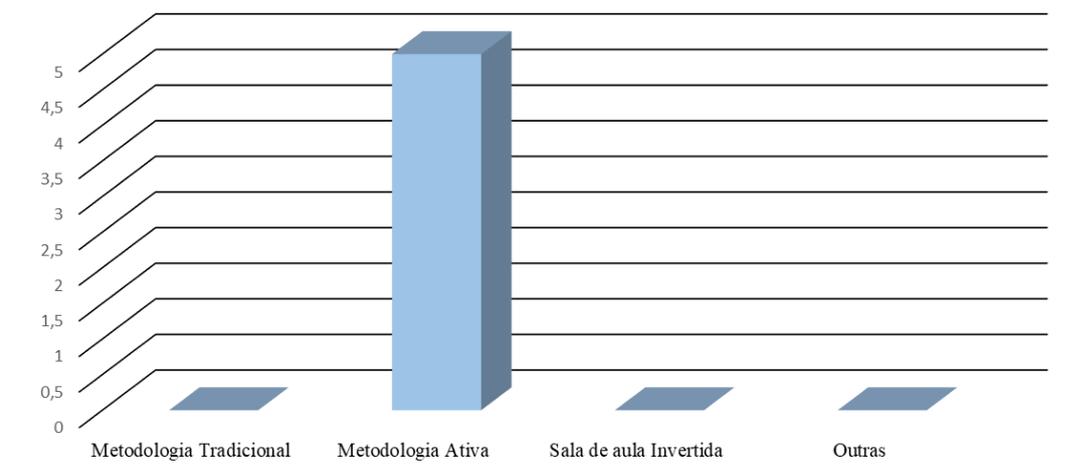
7. Do seu ponto de vista, o que dificulta mais processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos no ensino superior?



8. Qual das metodologias de ensino que você mais utiliza para ensinar os acadêmicos surdos?



9. Qual das metodologias que você percebe que os acadêmicos surdos conseguem aprender com menos dificuldades?



De acordo com dados obtidos nessa pesquisa, demonstra-se que a preparação dos docentes para ensinar os acadêmicos surdos nas IES é muito inferior ainda. Contudo, condições apontam para uma tendência de grandes melhorias no cenário nacional. Ainda, com os resultados obtidos dessa pesquisa, percebe-se que mesmo tendo docentes com pouco preparo para lidar com a Educação Inclusiva, eles consideram ótima a ideia de incluir os estudantes surdos na mesma instituição dos estudantes ouvintes. Todavia, apontam que também as instituições precisam estar mais preparadas para receber esses alunos que estão buscando cada vez mais formação de nível superior.

Isso exige das IES e dos docentes mais preparo para atender a demanda de momento, sempre levando em consideração que é um processo que pode levar tempo como demonstra Moreira (2004):

A universidade inclusiva não aparece de um momento para o outro. Não surge por decreto nem se configura por meio de uma única gestão administrativa. Pelo contrário, desenvolve-se ao longo de um processo de mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes que, muitas vezes camufladas pelo silêncio, parecem não existir. É um processo que nunca está finalizado, mas que coletivamente precisa ser enfrentado. Uma universidade com atitude inclusiva é um grande desafio: sugere a desestabilização do instituído e o reconhecimento de que nossa sociedade é matizada pela diversidade, pela diferença, que o ser humano é pluralidade e não uniformidade (MOREIRA, 2004, p.200).

Os docentes demonstram pouco domínio de LIBRAS como instrumento de trabalho no uso das suas atribuições. Os dados mostram que o uso da metodologia ativa foi destacada como o maior método utilizado pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos, foi uma das formas de levá-los a aprender e a interagir. Ainda os docentes, enaltecem o papel importante dos intérpretes em fazer com que os estudantes surdos superem as barreiras que dificultam o acesso ao conhecimento, ademais, a pesquisa revela que o uso dos recursos didáticos e midiáticos tem contribuído para o alcance dos objetivos na educação dos surdos brasileiros.

A escolha da metodologia ativa pelos docentes reforça a ideia de Gesueli (2006, *apud* Silva, 2015, p.46) de que “a proposta de educação bilíngue sugere-nos, então, mudanças que se mostram necessárias, sendo a mais importante delas o respeito à língua de sinais como língua natural e de direito do surdo”.

Ainda, Bisol *et al* (2010) demonstra que é de responsabilidade das universidades oferecer melhores condições para que os estudantes surdos possam ter acesso aos conteúdos:

As universidades devem oferecer suportes como tecnologias para que os surdos tenham acesso aos conteúdos, analisar os textos dos surdos através dos sentidos e não se restringir à sintaxe e também propiciar a formação para a língua portuguesa enquanto não ocorrem mudanças na educação básica. É necessário realizar essa revisão do sistema de ensino através de práticas pedagógicas diferenciadas nos modos de ensinar com a participação do intérprete de Libras. (GURGEL, 2010 *apud* BISOL *et al*, 2010, p.5).

A presença cada vez mais dos surdos nas IES aumentará, então, a inclusão se faz necessária como mandam as leis citadas antes. É necessário que as barreiras que impedem o processo de ensino-aprendizagem precisam ser removidas paulatinamente, pois

A inclusão é um processo incessante que envolve o descobrimento e a remoção progressiva dos limites à participação e à aprendizagem. Descobrir as barreiras e conceber planos para reduzi-las, no espírito da colaboração aberta são os pontos que alicerçam o Index (GAVALDÃO, 2015, p.7).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino-aprendizagem dos surdos nas instituições de ensino superior – IES brasileira se tornou um desafio para os docentes, pois um grande número de procura dos surdos pela formação de nível superior (MEC, 2002) se fez necessária para se encontrar as novas alternativas viáveis que garantem um bom processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos.

Essa pesquisa atingiu seu principal objetivo, compreender os desafios dos docentes no processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos em IES. Desse modo, verificou-se que grande número dos docentes está despreparado para esse novo desafio, isso traz preocupação e alerta às IES, de que está na hora de desafiar seu corpo docente a abraçar essa nova demanda. E apesar das limitações reconhecidas pelos docentes referente ao domínio de LIBRAS, eles apoiam a ideia da inclusão desses alunos surdos nas IES para ouvintes. E eles com frequência recorrem à metodologia ativa de ter na sala de aulas um intérprete que domina LIBRAS para auxiliá-los. Esse resultado confirma uma das hipóteses levantadas, que indicava despreparo dos professores para nova demanda.

REFERÊNCIAS

ANSAY, Noemi Nascimento. **A inclusão de alunos Surdos no Ensino Superior**. UFPR, 2010. Disponível em: [periodicos.unespar.edu.br > index.php > incantare > article > download](http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/download). Acesso: 08 Set. 2019.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris, et al. **Estudantes Surdos no Ensino Superior: Reflexões sobre a inclusão**. Caderno de Pesquisa, v. 40, n.139, p. 147-172, Jan./Abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a08.pdf>. Acesso: 08 Set. 2019.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos – Ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FERNANDES, Eulalia (organizadora); SILVA, Angela Carrancho da, et al. **Surdez e Bilinguismo**. 6. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

GAVALDÃO, Natália **SURDEZ E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR**: Análise do Contexto Pedagógico. 2015. Disponível em:
https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xviiseminariodepesquisadoprogramadepos-graduacaoemeducao/natalia_gavaldao_surdez-e-acessibilidade.pdf. Acesso 06 Out. 2019.

GESSER, Audei. **LIBRAS?: Que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KALATAI, Patrícia. As Principais metodologias utilizadas na Educação dos Surdos no Brasil, s/a. Disponível em: <http://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>. Acesso: 02 Out. 2019.

MEC - Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007: Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso: 14 Nov. 2019.

MOURA, Adelson Fidelis de. **Acesso ao ensino superior**: a expectativa do aluno surdo do ensino médio. Bauru-SP: 2016. Disponível em: http://projetoredes.org/wp/wp-content/uploads/moura_af_me_bauru.pdf. Acesso: 08 Nov. 2019.

MOURA, Maria Cecília. **O surdo**: Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro-RJ. Revinter, 2000.

SANTANA, Ana Paula: A Inclusão do Surdo no Ensino Superior no Brasil, 2016. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12128>. Acesso: 30 Set. 2019.

SANTOS, Maria Aldenora dos; NASCIMENTO, Élide Furtado do. **A Inclusão do aluno Surdo no Ensino Superior**: experiência na universidade federal do Acre, S/A. Disponível em:
http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA7_ID2649_10082018102704.pdf. Acesso: 01 Out. 2019.

SILVA, Polliana Barboza da. **A Inclusão do estudante Surdo no Ensino Superior**: das percepções de estudantes surdos e seus professores às práticas de sala de aula. Estudo de caso. Lisboa, 2015. Disponível em:
http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6904/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Polliana.pdf?sequence=1. Acesso: 08 Set. 2019.

APÊNDICE - A

Questionários:

Avalie os questionamentos abaixo utilizando a escala de 1 (um) à 5 (cinco) onde:

1 = Péssimo (a); 2 = Ruim; 3 = Regular; 4 = Bom/Boa e 5 = Ótimo (a). Ou marcar “x” nas alternativas que acha condizente com a sua concepção.

Educação dos surdos:

1. Como avalia o nível preparatório (do ensino básico à fundamental) dos estudantes surdos que ingressam no ensino superior?

(-) ← (+) →

--	--	--	--	--

2. Na universidade em que leciona você acha que está preparada para receber e formar os acadêmicos surdos qualificados?

(-) ← (+) →

--	--	--	--	--

3. Que tipos de recursos didáticos e mediáticos que você tem acesso e usa para ensinar de forma inclusiva os acadêmicos ouvintes e surdos?

- () Data show
 () Quadro e pincel
 () vídeo aula
 () Celular com acesso à internet
 () App's

Dificuldades dos docentes:

4. Qual é seu grau de dificuldade para ensinar um acadêmico surdo?

(-) ← (+) →

--	--	--	--	--

5. Como você considera a ideia de incluir os estudantes surdos em universidades para ouvintes não numa instituição específica para surdos?

(-) ← (+) →

--	--	--	--	--

6. Qual é seu nível de treinamento para trabalhar com estudantes surdos no ensino superior?

(-)

←(+)--→

--	--	--	--	--

7. Do seu ponto de vista, o que dificulta mais processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos no ensino superior?

() despreparo de próprios estudantes surdos que ingressam no ensino superior;

() despreparo das instituições em acolher, orientar e dar ensino qualificado;

() despreparo de corpo docente para lidar com essa realidade;

() outras _____.

Metodologias de ensino-aprendizagem:

8. Qual das metodologia de ensino que você mais utiliza para ensinar os acadêmicos surdos?

() metodologia tradicional;

() metodologia ativa;

() sala de aulas invertida;

() outras _____.

9. Qual das metodologias que você percebe que os acadêmicos surdos conseguem aprender com menos dificuldades?

() metodologia tradicional;

() metodologia ativa;

() sala de aulas invertida;

() outras _____.

10. Para você docente, a metodologia de ter um interprete para surdos na sala ajuda ou atrapalha as suas aulas?

(-)

←(+)--→

--	--	--	--	--

ANEXOS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa – ESTUDANTES SURDOS EM UNIVERSIDADES PARA OUVINTES: Reflexões sobre desafios dos professores no processo de ensino-aprendizagem -, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador(a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: _____

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

PESQUISADORES PARTICIPANTES: _____

PATROCINADOR: _____

OBJETIVOS: Identificar quantitativamente as universidades Anapolina que trabalham com os acadêmicos surdos; Elencar os maiores obstáculos enfrentados pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos nas universidades de Anápolis-Go e Investigar quais metodologias que facilitam estudantes surdos a compreender e aprender os conteúdos lecionados;

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder alguns questionários fechados sobre Educação dos Surdos, Dificuldades dos docentes em ensinar surdos e Metodologias de ensino-aprendizagem.

RISCOS E DESCONFORTOS: não terá riscos morais e constrangimentos que poderá ser provocada pela pesquisa.

BENEFÍCIOS: A pesquisa é de suma importância à comunidade surda e a sociedade em geral que irá beneficiar com resultados que serão alcançados com esta pesquisa. Os problemas maiores serão identificados e propostas de soluções para mesmos, viabilizando assim melhor formação de nível superior para surdos.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: gostaríamos informar que não arcará com nenhum gasto decorrente da participação na pesquisa. A pesquisa deverá ser totalmente gratuita, não recebendo nenhuma cobrança com o que será realizado. Os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: é assegurado a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(a) - (_____) - dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

LOCAL E DATA:

Anápolis, _____ / _____ / 2019.

NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL (menor de 21 anos):

(Nome por extenso)

(Assinatura)